

Descontinuidade e Deslocamento: a pesquisa universitária¹

Leon Kossovitch

USP

As publicações, bancas, conferências, orientações, aulas, o conjunto enfim das atividades requeridas pelo currículo oficial, cuidado por Marie Pedroso e Ruben Dario, registram a sucessão dos acrescentamentos, em que as mudanças se mostram dirigidas pelo ideal muito prático das avaliações. Com isso, os tropeços, reditas, desvios e abandonos dispensam consideração, pois apagados pela clareza das exigências da eficácia profissional. Afastam-se as elucubrações da razão não rotineira de pesquisa, sustentadas por hipóteses desejosas de precisão, mas em que o tateamento, não se referindo, aqui, a nebulosa psicologia da invenção, compromete o ideal da produção e o conexo do controle do pensamento. Rebatendo-se as demandas práticas no plano das formalizações fundantes, não há como não as remeter à lógica da não contradição, recorrendo-se ao adágio de Newton da Costa, no qual o computador não passa de um débil mental ideal, apto para, em um tempo infinito, demonstrar todos os teoremas da teoria baseada nesse princípio. O adágio expõe como pseudo-revolucionária a afirmação da tecnologia ligada à inteligência artificial por esta estar contida nos limites pre-determinados pela otimização dos resultados. Acresça-se a esta recusa da praticidade autossuficiente aquela de extração nietzschiana, por sua aversão ao bem-pensante, alegorizado pelo funcionário prussiano, a um só tempo obediente e, etimologicamente, idiota na satisfação dos progressos próprios sem sobressaltos.

Idealizados porque circunscritos por exigências de eficácia, aplicação e aplicado têm o mesmo estofo, harmonizando-se a tecnologia e a demanda na produção comandada pelo algoritmo. Esse dispositivo de eficiência implica, embora remotamente ao executante e ao usuário, a referida lógica da não contradição, modelo dos crivos que filtram procedimentos que excluem, por inassimiláveis, os inconsistentes

¹ Conferência proferida no salão nobre da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo aos 15 de março de 2023, por ocasião da recepção do termo de outorga do título de Professor Emérito por essa mesma instituição.

lógicos que, entretanto, a noção de heterogeneidade acolhe como espécies não axiomáticas. Irredutíveis à lógica simplista operante na mais complexa das tecnologias, os inconsistentes e mais heterogêneos, por eliminados, multiplicam-se sem conta e sem rosto: alheios à homogeneidade semântica e sintática, fintam eles o dispositivo com proposições incompatíveis e, onticamente, com mistos de elementos e estados, como os fechados e abertos, os sólidos e fluidos, ilocalizáveis em razão da zona de indeterminação que os conceitua. Nas pinturas chinesas de presentes matrimoniais, peixes e água juntam-se na figuração da plenitude da conjunção sexual, em que o prazer do casal ainda se alegoriza no gozo que cada qual tira do elemento em que nada. Na classe pictórica do par de peixes, de um preto e de um vermelho, do que tem o corpo compacto e do que o tem flexibilíssimo na cauda tripartida e cuja parte mais longa evanesce em uma zona inacessível do fluido, o fim da cauda vermelha e o início da água conspiram na faixa de indeterminação quanto aos extremos. Exemplo análogo provém dos problematizadores antigos, nos quais o vinho lançado ao mar nele se vai diluindo até seu indeterminado desaparecimento, oscilação que se lê em Leibniz com o dilema sobre a quantidade de cabelos definidora da calvície, ou ainda na matemática em suas definições de limite e ponto de acumulação, fecundíssimos na construção da análise infinitesimal. Nesses exemplos, o evanescente põe em xeque o princípio de não contradição, ainda que este último pertença à axiomática.

Desinflando-se os mitos da tecnologia da inteligência artificial, patenteiam-se os efeitos dessa indústria sobre os trabalhadores desempregados, aos quais os bonachões bem-pensantes aconselham a se reciclar, mas também sobre os investigadores que outros sabichões embalam no conformismo tido por comodidade da informação, alegação justificativa das rotinas sufocantes do pensamento. Insubmisso, porém, o heterogêneo, como intruso, lança a razão no indeterminado e diversíssimo. Por sua intromissão, o arco temporal das investigações sustém-se na descontinuidade do que insiste contra os engodos da memória e suas turvas representações de um havido, preservando os marcos com os quais se abrem os sulcos em que aparecem os autores, que ativam, como na política, os discursos. Rara na prática política, a interlocução autoral assinala os lances que não pertencem unicamente a quem escreve ou fala, pois traz a alteridade que combate o identificatório e o fusional, em benefício do arrimo que impede os deslizamentos, quando não, as avalanches das representações narcísicas. Instanciado o princípio de realidade que liga as representações expansivas e tumultuárias do prazer, o autor, como interlocutor, situa-se em dois tempos.

O balizamento na interlocução impede as derivas mnêmicas, diversificando-se as suas modalidades: ela ensina, investiga, debate, pergunta, dialoga, corrige, aprende, ressaltando-se entre os interlocutores tanto as muitas espécies de escritores, quanto as

de artistas, pintores, desenhistas, gravadores, fotógrafos, filmadores, escultores, ceramistas. As artes e letras concordam, discordam, interrompem na interlocução, quando associadas ao heterogêneo na discursividade expositiva da diferença entre o presente e o passado, não, porém, ao homogêneo, quando a discrepância temporal tende a se anular. Obstando as derivas da memória promotoras do eu, os interlocutores, à margem da identificação e da fusão, tampouco se tocam, operante a zona de indeterminação, que implica outros conceitos, como o do tendencial na alteridade e do tensivo a este associado. Estes, na tendência tensiva de termo a termo, nada acomodam na intransitividade como estagnados: a negação das duas qualidades entroniza o que, por um lado, se fecha sobre si e, por outro, o que se mantém no vazio prazenteiro na autossuficiência do fechamento. As duas entronizações, atribuídas à resistência ao tendencial e ao tensivo, impedem o balizamento, uma das faces do simbólico na interlocução, que faz o discurso fluir sem identificações e fusões, por um lado, e sem solidões e suficiências, por outro. A zona de indeterminação, enfim, suspende discursos, como na saída dos dialogantes na teatralidade do Sócrates platônico.

Pelo simbólico, as derivas não se impõem à interlocução na dissimetria dos tempos porque as zonas de indeterminação separam infinitesimalmente os corpos e os mantém tensionados nas tendências atrativas, afastando todas as espécies de conjunções, como as sobreposições, os encavalamentos, as fusões, assim como as de substituições na presença dos interlocutores pelas quais a voz de um abafa a do outro com o atravessamento do limite, efeito que também anula a suspensão das falas, como as terminais do diálogo platônico. A outra modalidade de interlocução desconsidera as fabulações do tempo, salva das facilitações afetivas da memória, distinguindo a correção, que incide, como crítica, nos conceitos da filosofia e da ciência e, como censura, nos preceitos da retórica, da poética, da opifícia e mais. Aristarco, na *Epístola aos Pisões*, ou *Arte Poética*, corrige, proclamando, insistente, o cálamo como amigo dos poetas, à diferença do travesseiro de Plínio, o Moço, que protege o escrito de uma publicidade prematura. Esses exemplos circulam nas letras até que a fúria do vagalhão romântico destroe as doutrinas para dar à luz a Estética e seu eu sentimental, alheios, não etimologicamente, à *Estética* de Baumgarten, que reúne a retórica e a sensação, *aísthēsis*, que lhe dá o nome, pois borrifados pela espuma da arrebenção que respinga nas anotações do Stendhal das aulas de pintura recebidas na Itália da alba do século XIX. Não intervém, porém, na interlocução corretiva antes desses Romanos, Aristóteles com a *Retórica* e a *Poética*, assim como os putativos escritos de Douris e Apeles com a pintura, não se trazendo, aqui, os passos disseminados como pré-alexandrinos, voltados para as doutrinas de artes, que valem como seus antecedentes históricos. Gesto em sentido inverso na interlocução aparece na figura epidítica dos exórdios dos tratados que capturam a benevolência dos

leitores, amplificada nos séculos XVI e XVII. A correção dispensa a zona de indeterminação, fazendo os interlocutores permutar no ensinamento, no debate, no que, por vezes, eles se mostram protagonistas. Expansão da doutrina se nota na noção de proveito: articuladora suprema, quando se evidencia associadora de preceitos e técnicas, põe ela em relação arte e moral, que se interceptam e, já além do uso, as hipóstases do Um, do Bem e do Belo plotinianas, diversamente visadas pela alma, à qual orientam.

O simbólico na marcação por heterogêneos e a bifurcação não separativa dos homogêneos, tanto segundo o correto nas doutrinas de artes e letras, quanto segundo o ordenado nas leis divinas e parte das naturais, divide heurísticamente a interlocução. Separados os interlocutores tensivos e tendenciais do passado, os heterogêneos inscrevem o simbólico na memória em oposição às derivas nos afogamentos em espelhos. Falar ou escrever sobre os tópicos acima enumerados não só faz rejeitar o currículo do homem-função e o correlato apagamento de qualquer multiplicidade, como, principalmente, desprezar as insistências do Narciso embevecido ou as do Hércules façanhudo, sombras de que todo autor se livra ao opor as zonas de indeterminação às imposturas da memória configuradoras de não poucos monumentos. O pudor, todavia, não basta para suprimir as mistificações, visto que a idiotice de um próprio supositivo se dissolve no mar que recebe o pensamento alheio e que o concurso da boca e da mão expõe como nada proprietário. Embora tal procedência nem sempre se apreenda, o pensamento amassado, amarfanhado, encarquilhado, aumenta a estimação do sabidamente alheio no papel passado. Entrando-se nos dois ramos da bifurcação, movimento que admite a mutação do intocável no doutrinariamente manejável, segue-se a via do indisputável pelos adeptos das leis das religiões do Livro e da parte da ciência que tem nelas as metáforas das coerções exercidas pelas regularidades, como as causais, as probabilistas, outras, também chamadas “métodos” no império iluminado das funções. No outro ramo, distanciadas a teologia e a matemática dedutiva, as ciências investigam com hipóteses, assim como as artes, com tentativas e erros, evidenciando que, mesmo as axiomáticas e as retamente regradas não fogem das comprovações de muitas espécies que as cancelem.

A dissimetria entre o presente e o passado, como mnêmica, não se aplica aos saberes das vias bifurcadas, mas às derivas que, vedadas pelas zonas de indeterminação, fabulam. Turvando as miragens dos agenciamentos com essas zonas, o simbólico os tensiona nas tendências e segrega os autores, ou enunciadores. Operadores na linguagem, os autores recortam-se na interlocução como singularidades na generalidade dos enunciados claros das doutrinas e ciências, precedendo, assim, o discurso proferido com ordens, preceitos e conceitos, os quais, por sua vez, investem-nos com seus emblemas de sapiência no protagonismo que contracena com quem escreve. Com esse

poder, o autor curricular empresta seus atributos aos silenciados para que partes presumidas de seus discursos se façam ouvir e ler para além do currículo que os desconhece, apagamento que se dissemina, mesmo quando se oferecem agradecimentos aos interlocutores, os quais encenam a troca como plena. Não se censura, porém, o autor que expressa gratidão pelo apoio recebido na diversidade das espécies de interlocução, gesto que não dá conta da complexidade das contribuições, que, não raro, operam como idas e vindas. Esses discursos, havendo troca, sucedem-se, modificam-se, entrelaçam-se, acumulam-se, em contraste com o conforto idealista que remete tudo à universalíssima “cultura”, reduzida à tecelagem do contexto de um texto, chaneza da petição de princípio em que se aduz um sabido ao que se sabe, mas que se finge não saber. Contrasta com esse angelismo o dificultoso da interlocução com quem, investido pelos emblemas do saber, tem de recebê-los polidos.

Há interlocuções que, remotas, solicitam empenho para afastar identificações e fusões por meio das zonas de indeterminação, decisivas na elisão das ficções das memórias de vida em benefício das construções em pesquisas; nada a estas acrescentando mnemonicamente, elas também trancam os autores no teatro fabuloso que sufoca os contributos requeridos pela instrução. Sólidos, porém, os autores têm a nitidez modificada pela distância temporal do pesquisado, apartamento que, entretanto, não os hierarquiza, operante a adequação da investigação aos tempos, ora direta e sem intercorrências, ora indireta, sem que estas todavia anuviem a nitidez, pois compensam a lonjura com as qualidades de que o próximo carece. Estabilizados o próximo e o distante, também os discursos, superando a dissimetria mnêmica, firmam-se à luz dos saberes dispostos nos ramos da bifurcação. Efetuada pela homogeneidade, a nitidez não achata, porém, a interlocução, que os meandros, sobreposições e entraves do discurso memorante explicitam como geratriz tateante na invenção. Mas as dificuldades das matérias, pendentes em parte dos tempos, a estes não se reduzem, uma vez que o ajustamento do declarante ao que convém ao declarado, apoiando-se nos saberes da bifurcação, move, como heurística, o pensamento além do sabido, embora, pela analogia, conforme à ordem.

Publicado em 1971, o artigo sobre o método de Mário de Andrade nas artes plásticas, analisando os conceitos fundamentais de sua Estética, ressalta o de empenho, distinguido por Gilda de Mello e Souza em curso do Departamento de Filosofia em 1968. Com “arte interessada”, o campo conceitual sofre inflexão sociológica e política, que Gilda associa à obra de Luigi Pareyson, empenho que se rebate na atualidade com a comparação dos tempos de Mário e dela com o presente, no qual “interesse” significa taxa de juros e rentabilidade em arte-investimento, vulgaridade que, tendo por centro desde os anos 1960 os EUA, difunde-se no império capitalista, paradigmático no fabricante francês de bolsas e detentor de muitos ativos, que se

exibe com arrogância superior à dos reis do Antigo Regime. A esta atualidade farsesca, contrapõe-se a pesquisa dos inícios, com o convite de Gilda visante à análise em artigo de alguns conceitos centrais da história da arte de Ernst Gombrich interpretados pela lógica de Nelson Goodman, concernido pela transposição da subjetividade psicológica para o campo das definições formais com ênfase nas noções de representação e expressão. Por deixar de fora a arte empenhada, o mero rebatimento da psicologia em lógica desperta as falas políticas do tempo, ligando-se a matemática recente ao desenvolvimento das armas empregadas pelos EUA na hecatombe do Sudeste Asiático, resumida em “Guerra do Vietnã”. A interlocução desses dois artigos com o pensamento de Gilda de Mello e Souza não exclui marcas precedentes: embora dos inícios dos anos 1960, o curso de Arquitetura na Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro, dirigido pelo erudito professor Germano Gultzoff, ensina rudimentos do projeto, como também de história da arquitetura, cuja incidência no artigo sobre Mário de Andrade, embora remota, se reconhece no balizamento prévio de alguns percursos.

O próximo e o distante operam conjuntamente na interlocução: no mestrado de 1970, o *Nietzsche* exposto provém, remotamente, dos primeiros contatos com sua obra em Uberaba, via amatória que os atenua na dissertação, pois alterados pelo estudo próximo no tempo, o qual, entretanto, não apaga alguns dos sulcos então abertos; subsistem eles com os literários, Kafka, Hamsun e com os da participação muda no restrito círculo de debatedores de trechos lidos por Mário Palmério, a seguir reunidos por ele em *Chapadão do Bugre*. Como a arquitetura e a história da arte dos inícios universitários, as leituras incipientes, como as de Nietzsche, ficam as balizas dos estudos subsequentes, não temática, simbolicamente. Em claro contraste, ressalta a interlocução próxima da professora Marilena Chauí, que ultrapassa a orientação corretiva ao discutir de perto as dificuldades conceituais surgidas no rápido trabalho. Ainda com Marilena Chauí, mas seguindo outra direção, repercutem os debates promovidos em seus seminários com intelectuais e políticos de diversas orientações no auge da ditadura. Ora, estes, como os das exposições literárias, balizam caminhos, como o fazem as leituras da grande biblioteca socialista naqueles anos. No campo dos conceitos, o de força, pensada pela política como poder, opera, axial, em Nietzsche desde a *Gaia Ciência*; tomada à física divulgada no tempo por Helmholtz ou Mach, que também marcam o Freud inicial, a força emblemática os estudos dos diversos ramos da física e suas aplicações na Escola de Engenharia de Uberaba, ressaltando no ensino o muito engenhoso professor Vicente Marino Jr.: as vias abertas por esse campo, ao qual se anexam partes da matemática, ainda hoje operam em análises diversas, com a prevalência de visada heurística.

Exemplo de descontinuidade e deslocamento em pesquisa provém da tese sobre Condillac: para além da sobreposição de camadas e do contraste entre o propínquo e o longínquo, ela evidencia um campo de torções, inversões, intrusões, supressões, fraturas, enfim, de metamorfoses por estas operadas à margem dos critérios prescritos de eficiência discursiva. Orientado por Marilena Chauí, este doutoramento surpreende com a imprevista substituição de Leibniz por Condillac. Mas a brusquidão se entende: bloqueado por impasses só ulteriormente atribuídos ao anacronismo, do qual não se esquivam as contribuições leibnizianas de Michel Serres e Gilles Deleuze, a pesquisa não faz senão repetir, oca, os enunciados paradoxalmente suscitados pelo maravilhoso do *Aleph* de Borges. Mas a superação do anacronismo só se aclara com a explicitação dos impedimentos pela revelação das teologias em guerra como referências da metafísica leibniziana e pelo afloramento da retórica operante em seu discurso, lugar-comum soterrado desde o Romantismo. Começando a se desvendar com a hipótese da existência de uma disciplina do século XVII equivalente à semiologia dos anos 1960-1970, a visada se confirma com a leitura de textos dos fins dos anos 1970 de Tzvetan Todorov, estudioso das ciências da linguagem, logo, de sua história, o qual se liberta do anacronismo por dá-la concluída no salto do século XVIII ao seguinte. Surge em Todorov a obra de Condillac, logo cedida à pesquisa pela professora Alayde Taveiros, da Faculdade de Economia da USP, que o lê, pois estuda seus contemporâneos, tendo em vista os Fisiocratas e, especialmente, Quesnay e seu *Tableau*. Com a extensão das leituras para além da retórica de Condillac às suas filosofia e história, esboça-se a tentativa de uma compreensão de seu pensamento. Nessa linha, decisivamente, a redação da tese conta com a interlocução do professor João Hansen, que excede os limites da revisão ao discuti-la e acrescentar-lhe referências latinas e portuguesas dos séculos pré-românticos. Finalmente, intrometem-se na tese as artes das Luzes e seus rebatimentos históricos, acrescentando-se a elas a contribuição da antropologia e arqueologia soviéticas para as relações das artes da Ásia dita “Central” e da política com o exemplo turcomeno que põe em paralelo os tapetes e os poderes nos diversos grupos étnicos, como realçados na análise moshkoviana.